



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2025 COMARCA DE OIAPOQUE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2025, tema “Gestão Participativa Construindo uma Justiça ainda Melhor”, realizada no Dia 5 de abril de 2024, às 17h00min, no auditório do Fórum da Comarca de Oiapoque, composição da mesa na abertura dos trabalhos com a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ADÃO JOEL GOMES DE CARVALHO, Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, juntamente com as Juízas de Direito: Dr^a. MARIA LORENA NUNES LUSTOSA, Juíza Auxiliar da Presidência e Dr^a. SIMONE MORAES DOS SANTOS, Juíza Titular/Diretora do Fórum da Comarca de Oiapoque; o Deputado Estadual INACIO MONTEIRO MACIEL, representando a Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá; a Professora Dr^a DENIELA DE BARCELLOS, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Analista Judiciário JOB DUARTE MORAIS, representante da Secretaria de Planejamento, Gestão Estratégica e Governança; o Cacique (Etnia Karipuna) JOSÉ ELITO DOS SANTOS e o Sr. JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA BRITO, presidente da Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque: O Presidente do TJAP falou: “Tenho um carinho pelo Oiapoque, pois foi nesta Comarca que comecei minha carreira na magistratura, aos 30 anos de idade, em 1991. Portanto, é com satisfação que estou aqui como Presidente do TJAP na realização desta Audiência Pública. Temos nossa função constitucional principal que é o exercício da jurisdição. Ou seja, julgar processos. Mas também trabalhamos, dentro de nossa limitação, para a implementação e aplicação de políticas públicas, sócio inclusivas”, ressaltou o Desembargador-Presidente do TJAP. Com também registro às presenças do Ex-Diretor do Fórum da cidade, Juiz de Direito ROBERVAL PACHECO (atualmente Titular da Comarca de Ferreira Gomes); o Juiz Titular ZEEBER LOPES FERREIRA da 2^o Vara de Oiapoque e o Secretário-Geral do Tribunal, VERIDIANO COLARES. O evento, que foi transmitido ao vivo pelo Canal do Youtube do TJAP, contou com mais presenças de lideranças indígenas, representantes do Ministério Público Estadual, Governo do Amapá, Defensoria Pública do Estado, Prefeitura Municipal de Oiapoque, Câmara de Vereadores, Polícia Militar do Estado, advogados, representantes de associações de classe, entre outros membros da sociedade civil organizada no município e imprensa. Link: ([instagram audiencia publica de oiapoque](#); [Canal do youtube do TJAP](#) https://www.youtube.com/watch?v=Fn0CrZk7_aY; [portal do TJAP/noticias audiencia-publica-em-oiapoque](#);

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá - CNPJ 34.870.576/0001-21
Rua General Rondon, 1295, Centro, CEP 68900-911, Macapá / AP - 3312-3300 Ramal 3275



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

<https://www.flickr.com/photos/tribunaldejusticadoamapa/albums/72177720316076541/>;

<https://www.flickr.com/photos/tribunaldejusticadoamapa/albums/72177720316074135/>

Agradecimento de participantes: o cacique da aldeia do Manga (Etnia Karipuna), José Elito dos Santos, elogiou a iniciativa do Poder Judiciário em dar voz à população local, inclusive os povos originários representados por ele. A escuta pública também foi exaltada pelo presidente do Sindicato Rural de Oiapoque e membro do Conselho Fiscal da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá (FAEAP), Pedro Ivo. "Quando sentimos a segurança dada aqui pelo TJAP nesta escuta pública, sabemos que temos chances de que nossos pleitos sejam atendidos, pois nos sentimos à vontade para apresentar nossas demandas", pontuou o líder sindical. Foi utilizada a seguinte temática dos trabalhos da Audiência Pública: 1) Apresentação das propostas de Metas para 2025. A Juíza de Direito Marina Lustosa – Juíza Auxiliar da Presidência discorreu sobre o processo de formulação de metas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá consoante o processo participativo estipulado nos normativos do Conselho Nacional de Justiça. Ressaltou que a audiência pública desempenha um papel essencial na participação cidadã e na tomada de decisão. Quando se trata do estabelecimento de metas nacionais para o Poder Judiciário, a audiência pública permite que diversos atores expressem suas opiniões, sugiram melhorias e colaborem com o funcionamento do sistema judiciário. Feitas as considerações iniciais, a Juíza de Direito Marina Lustosa passou à exposição das propostas de Metas para 2025, tendo como base as metas vigentes em 2024. 2) – Meta 1 – **Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos): Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.** Nesta meta foi apresentado o resultado do Tribunal que atingiu 94,39% da meta, bem como foi destacado que se trata de monitoramento contínuo, uma vez que faz parte da estratégia nacional do Poder Judiciário, tendo como proposta de manutenção da meta; houve sugestão para que se intensificasse o treinamento em relação ao manuseio do PJE para os advogados. A Juíza Marina Lustosa informou que o Tribunal está à disposição da OAB para atender qualquer demanda à respeito. Não havendo manifestação em contrário, a plenária mantém a meta proposta. 3) Meta 2 – **Julgar processos mais antigos (todos os segmentos): Identificar e julgar até 31/12/2025, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau, 90% dos processos**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2011) ou mais. A Juíza de Direito Marina Lustosa apresentou os resultados do Tribunal com relação à meta: 1º grau - 109,00%, 2º grau - 105,53% e Juizados especiais e Turma Recursal - 103,39%. Destacou também que se trata de uma meta de monitoramento contínuo pelo Conselho Nacional de Justiça. Submetida à apreciação da plenária, fica mantida a meta como proposto; 4) Meta 3 - Estimular a conciliação, apresentada pela Juíza MARINA LUSTOSA - Juíza Auxiliar da Presidência - **Aumentar o indicador Índice de Conciliação da Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.** O resultado do Tribunal com base nas informações do DATAJUD em 2023 atingiu 100% da meta. Destacou a Juíza Marina Lustosa que a meta é de alta relevância e que a proposta é de manutenção de meta para 2025. Não havendo manifestação, fica aprovada a proposta.5) - Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, apresentada pela Juíza SIMONE MORAES DOS SANTOS - Diretora da Comarca de Oiapoque. Discorreu informando que se trata de **Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.** A Juíza Simone Santos apresentou alguns dados da Comarca e destacou que o Tribunal como todo atingiu em 2023 (120,09 %) da meta. A proposta é de manutenção da meta para 2025, em decorrência de ser considerada de alta relevância para o Poder Judiciário. Submetida à apreciação da plenária, fica mantida a meta como proposto. 6) - Meta 5 - Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais, apresentada pelo Analista Judiciário JOB DUARTE MORAIS - SEPLAN. Destacou que se trata de **Reduzir em 0,5 pontos percentual a Taxa de Congestionamento Líquida de processo de conhecimento em relação a 2024. Cláusula de barreira: 56%.** Como 2023 ainda não foi disponibilizado pelo DATAJUD o resultado, informou que, em 2022, o TJAP atingiu 102,98% da meta. E Segundo dados da Reunião da Análise da Estratégia - RAE a previsão para 2023, está em atingir a meta em 104,6%. A proposta é de manutenção da meta para 2025, considerando a alta relevância para o Poder Judiciário. Não havendo manifestação, fica aprovada a proposta. 7) -Meta 8 - Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual). A Juíza SIMONE MORAES DOS SANTOS - Diretora da Comarca de Oiapoque destacou que se trata de **Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos casos de**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023. Apresentou dados da Comarca e seguidos dados os Tribunal como seguem: Violência Doméstica: 165,97% (2023) e Femicídio: 146,15% (2022). Trata-se de uma meta de alta relevância e a proposta é de manutenção da meta. Submetida à apreciação da plenária, fica mantida a meta como proposto.

8) Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário (todos os segmentos). Meta apresentada pela Juíza MARINA LUSTOSA – Juíza Auxiliar da Presidência. Destacou que trata a meta da Implantação, no ano de 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030. Com relação ao resultado da meta do ano de 2023, o Conselho Nacional de Justiça ainda não disponibilizou, mas o Tribunal cumpriu todos os requisitos exigidos e está aguardando o resultado, visando o cumprimento da meta. A doutora em ciência política DENIELA DE BARCELLOS, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro ressaltou a importância dessa meta para a melhoria contínua para a prestação jurisdicional. Meta aprovada como proposto. 9) Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais e os processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas. Meta apresentada pela Juíza SIMONE MORAES DOS SANTOS – Diretora da Comarca de Oiapoque. Destacou que se trata de Identificar e julgar, até 31/12/2025, 35% dos processos relacionados às ações ambientais, 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2024. Em 2023 o TJAP cumpriu 105,52% e a proposta é de manutenção da Meta. Realizadas as discussões e apresentada a realidade da Comarca, a meta fica mantida para 2025 como proposta.

10) Meta 11 – Infância e Juventude, apresentado pela Juíza SIMONE MORAES DOS SANTOS – Diretora da Comarca de Oiapoque: Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias. A Juíza Simone Santos destacou as informações da Comarca sobre a meta e, ainda, os resultados do Tribunal em 2023: 1º Grau – 105,52% e não 2º Grau não houve processo em análise. A proposta é de manutenção da meta. Meta mantida para 2025.

Aberta a palavra aos participantes da audiência pública, ocorrendo as seguintes manifestações:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

- 1) Levantar informações sobre eventual crime ambiental ocorrido no município de Oiapoque, na área do bairro Nova Conquista;
 - 2) Necessidade do Poder Executivo Município direcionar área para o lixão;
 - 3) Solicitação da agricultora sobre área de flota, documento da terra e construção do ramal;
 - 4) Consumo de energia na Aldeia do Manga relação com CEA Equatorial.
- Nada mais havendo foi encerrado a audiência pública pelo Exmo. Presidente do Tribunal, com saudação especial ao Cacique Ramon.

Desembargador ADÃO CARVALHO
Presidente da TJAP

Juíza MARINA LORENA NUNES LUSTOSA
Juíza Auxiliar da Presidência

Juíza SIMONE MORAES DOS SANTOS
Titular da 2ª Vara/Diretora do Fórum da
Comarca de Oiapoque

Juiz ZEEBER LOPES FERREIRA
Titular da 1ª Vara da Comarca de Oiapoque

Juiz ROBERVAL PANTOJA PACHECO
Titular da Vara Única da Comarca de Pedra
Branca do Amapari

VEREDIANO FERREIRA COLARES
Secretário Geral do Tribunal

JOB DUARTE MORAIS
Analista Judiciário/SEPLAN

JHONATHA LIMA DA SILVA
Assessor Especial Executivo do Gabinete da
Juíza Auxiliar da Presidência

MÁRCIO JAIME DOS PASSOS PEREIRA
Assessor de Gabinete – GP
SEPLAN

BENEDITO EDER LIMA DA LIMA
Diretoria do Fórum da Comarca de Oiapoque

DEMOSTENES SILV ARAMOS
Chefe da Seção de Processos de Trabalho
SEPLAN

Frequência presencial anexa:

Link: <https://forms.gle/GNBzr2zUUrKzRs5X9>



Documento assinado eletronicamente por **DEMOSTENES SILVA RAMOS, TECNICO JUDICIARIO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTAO ESTRATEGICA E GOVERNANCA - CHEFE DE SECAO FC-03**, em 03/05/2024, às 13:35h.



Documento assinado eletronicamente por **ADAO JOEL GOMES DE CARVALHO, DESEMBARGADOR - GABINETE 09 - DES. ADAO CARVALHO - PRESIDENTE TJAP**, em 03/05/2024, às 14:09h.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JAIME DOS PASSOS PEREIRA, ASSESSOR DE GABINETE - GABINETE DA PRESIDENCIA**, em 03/05/2024, às 14:17h.



Documento assinado eletronicamente por **JOB DUARTE MORAIS, ANALISTA JUDICIARIO - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTAO ESTRATEGICA E GOVERNANCA**, em 03/05/2024, às 14:18h.



Documento assinado eletronicamente por **BENEDITO EDER LIMA DA SILVA, SUBCHEFE DE SECRETARIA - DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DO OIAPOQUE**, em 03/05/2024, às 14:19h.



Documento assinado eletronicamente por **MARINA LORENA NUNES LUSTOSA, JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA FINAL - 3ª VARA CRIMINAL E DE AUDITORIA MILITAR DA COMARCA DE MACAPA - JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA**, em 03/05/2024, às 14:35h.



Documento assinado eletronicamente por **JHONATHA LIMA DA SILVA, ASSESSOR ESPECIAL EXECUTIVO - SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL**, em 03/05/2024, às 14:57h.



Documento assinado eletronicamente por **VERIDIANO FERREIRA COLARES, SECRETARIO-GERAL - SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL**, em 03/05/2024, às 16:17h.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE MORAES DOS SANTOS, JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - 2ª VARA DA COMARCA DE OIAPOQUE - DIRETOR FORUM COMARCAS DO INTERIOR**, em 04/05/2024, às 09:01h.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERVAL PANTOJA PACHECO, JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - VARA UNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI - DIRETOR FORUM COMARCAS DO INTERIOR**, em 07/05/2024, às 12:45h.



Documento assinado eletronicamente por **ZEEBER LOPES FERREIRA, JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - 1ª VARA DA COMARCA DE OIAPOQUE**, em 08/05/2024, às 10:59h.



Doc. juntado digitalmente no Processo: 2023069294 - 11, por MARCIO JAIME DOS PASSOS PEREIRA em 03/05/2024 13:34:42. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sig.tjap.jus.br/scpa_control_autenticidade_documento/ informando o código verificador: **AADMAULRZLO**